

Níveis de Análise no Estudo da Identidade Social (*)

LÍGIA AMÂNCIO (**)

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da análise das relações intergrupos, o desenvolvimento teórico da psicologia social tem beneficiado muito do recente interesse dos investigadores pela questão das diferenças entre os sexos e das categorias sexuais. Um modelo tão importante, como o do conflito de interesses de Sherif (Sherif et al., 1961), fundamentou-se em largos anos de investigação empírica feita exclusivamente com adolescentes do sexo masculino e se, posteriormente, houve a preocupação de estender a validade do modelo aos adultos (Blake & Mouton, 1979) manteve-se a negligência dos sujeitos do sexo feminino. O modelo da identidade social (Tajfel, 1978, 1981/83; Turner, 1982; Turner & Giles, 1981) que surge, na psicologia social europeia, como alternativa e extensão ao do conflito de interesses, que Tajfel e Turner (1979) consideravam um epifenómeno das relações intergrupos seguiu, no entanto, a tradição anterior: todas as experiências clássicas são feitas só com sujeitos do sexo masculino e não encontramos na obra de Tajfel (1981/83) uma única referência às categorias sexuais entre os numerosos exemplos a que o autor recorre mas encontramos, em contrapartida, uma ingénua perplexidade de certos cola-

boradores da escola de Bristol perante a omissão deste objecto nas relações intergrupos, como é o caso de Billing (1976) e de Turner e Giles (1981). No entanto, esta tradição na psicologia social (Hurting & Pichevin, 1985) inscreve-se no androcentrismo que caracterizou as ciências sociais até aos anos 70 (Epstein, 1988) e que se traduzia numa visão do mundo social, protagonizado por homens e simbolizado pelo masculino. Como veremos adiante, esta visão do social ancora numa ideologia, também partilhada pelo senso comum, que coloca, de facto, o masculino na posição de dominante, mas é, por outro lado, a análise desta ideologia que contribui para alguns desenvolvimentos importantes nas teorias das relações intergrupos.

No âmbito da análise das diferenças entre os sexos podemos distinguir, actualmente, três perspectivas teóricas na psicologia social, uma mais característica da psicologia social americana e outras duas que se desenvolveram no quadro da psicologia social europeia. A primeira é a que privilegia a aprendizagem dos papéis sexuais como explicação para os diferentes comportamentos de homens e mulheres e para as diferenças nas crenças associadas ao masculino e ao feminino embora, do ponto de vista da articulação entre os factores psicológicos e sociológicos nas explicações, assuma uma orientação mais sócio-behaviorista nuns casos (Eagly, 1987) e mais cognitivo-interaccionista noutros (Deaux, 1985).

Na psicologia social europeia, por outro lado,

(*) Comunicação apresentada no III Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.

(**) Professora Auxiliar, ISCTE. Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE.

uma das perspectivas toma o modelo da identidade social como quadro de referência, integrando algumas críticas que lhe foram dirigidas, desde o fim dos anos 70, por alguns investigadores britânicos que se interessavam pela questão das diferenças entre os sexos, mas sem pôr em causa os pressupostos básicos do modelo. Recordemos o artigo de Glynis Breakwell em 1979, onde esta autora salientava o facto de que determinados grupos sociais dificilmente acediam à realização de uma identidade positiva, não obstante a «vontade» dos seus membros e o artigo de Jennifer Williams, em 1984, salientando o androcentrismo de um modelo que só considerava identidade social aquela que se exprimia pela distintividade individual e pelo favoritismo pelo grupo de pertença, e ignorava uma outra forma de identidade, a que se exprimia pela comunalidade interpessoal.

É esta ideia que mantém toda a sua actualidade entre a psicologia social feminista que se produz actualmente na Grã-Bretanha (Shevington & Baker, 1989; Wilkinson, 1986). Nesta perspectiva, interessa sobretudo combater a sobre-avaliação da modalidade de identidade masculina e a sub-avaliação da modalidade de identidade feminina, uma vez que esta diferença avaliativa origina uma desigualdade entre os sexos, manifesta na inacessibilidade de uma identidade positiva para as mulheres. Ao retomar a determinação de um conceito motivacional que o modelo de Bristol propunha para a análise das relações intergrupos, o da procura de uma identidade positiva (Turner, 1982), o que esta perspectiva nos traz de novo é a visão feminista da questão da diferença entre os sexos em termos de conflito entre homens e mulheres. Se esta visão traduz, a nosso ver, uma transposição demasiado apressada da luta de classes para a luta entre os sexos, no âmbito da análise sociológica que é característica do feminismo militante em detrimento do feminismo epistemológico, ela também apresenta limites evidentes no âmbito da psicologia social. Em primeiro lugar, porque não é possível tratar com o mesmo estatuto conceptual as condições objectivas que resultam das determinações biológicas, visto que não é por se ter nascido do sexo feminino que se tem mais consciência de uma condição dominada, nem é por se ter nascido do sexo masculino que se tem consciência de uma condição

de dominante. Em segundo lugar, porque os grupos definidos pelo sexo não constituem grupos concretos, com o mesmo estatuto conceptual dos grupos envolvidos numa competição ou outro conflito de interesses meramente conjuntural.

É isto que nos mostra uma outra perspectiva europeia que emergiu do estudo das diferenças entre os sexos e, ao mesmo tempo, do reconhecimento da ausência de uma dimensão de análise estrutural no modelo da identidade social (Deschamps, 1982). Referimo-nos ao modelo das relações de dominação desenvolvido por Lorenzi-Cioldi (1988). Para este autor, as modalidades de identidade social não estão, de modo nenhum, associadas às pertenças grupais, mas sim aos modelos de ser inscritos nos significados categoriais. Nesta aparente *nuance* reside uma mudança analítica de fundamental importância: a desigualdade entre os sexos resulta da assimetria simbólica entre as respectivas categorias, porque enquanto uma categoria evoca um modelo de pessoa universal ou dominante, visto que se constitui em referência social, a outra define um modelo de pessoa especificamente dirigido aos membros dessa mesma categoria. Sendo assim, tanto os padrões comportamentais definidos pelos papéis sexuais, como as diferentes avaliações dos géneros e das identidades masculina e feminina constituem expressões contextuais da distribuição desigual dos recursos simbólicos a que homens e mulheres têm acesso para a construção da sua noção de eu e de pertença colectiva e para a construção dos seus juízos e avaliações sobre outros categorizados segundo o sexo. Esta dimensão de análise estrutural não pretende, de forma alguma, eliminar todas as outras explicações, mas antes articulá-las num modelo da identidade social mais complexo, mas também mais amplo quanto ao âmbito de relações intergrupos que ele permite abranger, visto que integra o nível de análise ideológico, articulando-o com os contextos particulares das dinâmicas intergrupais (Doise, 1982).

Mas o desenvolvimento do modelo da identidade social, por parte dos discípulos da equipa de Bristol, não se orienta nesta direcção. Pelo contrário, quando lemos os trabalhos de Abrams e Hogg (Hogg & Abrams, 1988; Abrams & Hogg, 1990) verificamos que, sob a influência

de John Turner (Turner *et al.*, 1987), o modelo se desenvolve no sentido da articulação entre explicações situacionais, como a da dinâmica contextual da relação intergrupos, e explicações psicológicas, como a da identificação com o grupo. Se estes desenvolvimentos constituem lacunas do modelo de Tajfel que era fundamental preencher, a verdade é que as explicações de nível colectivo ou societal continuam ausentes, apesar de serem necessárias para analisar dinâmicas de interacção mesmo entre grupos concretos, como salientam Hinkle e Brown (1990).

De facto, a articulação entre níveis de análise (Doise, 1984) constitui um imperativo para que a psicologia social assuma um estatuto integral de ciência social e possa fornecer explicações alternativas à psicologização das abordagens das relações intersexos (Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990), das relações interétnicas (Doise & Lorenzi-Cioldi, 1989), das relações entre grupos etários (Ávila *et al.*, 1992), ou outras relações intergrupos cuja dinâmica esteja inscrita na realidade social, ainda antes de cada indivíduo pertencer ou de se identificar, com essas categorias, isto é, relações que se estabelecem entre grupos socialmente construídos enquanto entidades simbólicas e não só entre grupos conjuntamente emergentes, enquanto entidades concretas.

2. ILUSTRAÇÕES EMPÍRICAS

É esta articulação que nos propomos ilustrar e discutir através dos resultados de duas investigações empíricas que visavam analisar a relação entre a construção social do masculino e do feminino e o padrão de comportamento de diferenciação de homens e mulheres. Nestas investigações tomámos como quadro de referência teórico o modelo da relação de dominação entre grupos, operacionalizado por Lorenzi-Cioldi (1988) numa série de experiências que lhe permitiram também demonstrar a homologia entre aquele tipo de relação intergrupos e a relação intersexos.

A hipótese que definimos a partir daquele modelo foi a de que os conteúdos associados às categorias sexuais transportam os significados dominante e dominado, na medida em que o es-

tereótipo masculino é socialmente valorizado e composto de traços de distintividade individual, enquanto que o estereótipo feminino só é socialmente valorizado para as mulheres e é composto de traços de indistintividade individual. Para confirmar esta hipótese, efectuámos uma experiência em que as condições experimentais eram definidas pela saliência dos conteúdos dos estereótipos masculino e feminino, nas comparações entre indivíduos do mesmo sexo e indivíduos de sexos diferentes, e a diferenciação interindividual e intergrupal eram medidas pelas matrizes, de acordo com o procedimento adoptado e os índices utilizados por Lorenzi-Cioldi (1988). A Figura 1 apresenta o *design* que construímos para esta experiência.¹

Importa aqui salientar o efeito principal da dimensão que os resultados mostraram e que fundamentava a nossa hipótese: o comportamento de favoritismo pelo grupo de pertença e de distintividade individual estão associados ao modo de ser definido pelo estereótipo masculino, mas não ao modo de ser definido pelo estereótipo feminino. Como se pode ver pelo *design*, havia nesta experiência uma variável de contexto, manipulada na forma de responder às matrizes, individual, ou em situação de face-a-face com outro do mesmo sexo e dois outros do sexo oposto, e que embora pretendesse acentuar o efeito da categorização intersexos, revelou, afinal, um resultado inesperado nas comparações interindividuais, o de que os homens se diferenciavam mais dos outros homens na dimensão feminina, quando estavam na presença de mulheres. O inesperado deste resultado reside no facto de que a universalidade do modo de ser masculino parece traduzir-se, para os homens, na possibilidade de imprimir aos conteúdos femininos um significado diferenciador e distintivo, apesar destes mesmos conteúdos assumirem um significado colectivo e indiferenciador para as mulheres.

Esta experiência permitiu, portanto, demonstrar que a dominância simbólica do masculino se exprime numa modalidade de identidade

¹ Veja-se Amâncio (1988) para a explicação do procedimento adoptado nesta experiência e Amâncio (1989) para a explicação do cálculo destes índices a partir das estratégias de diferenciação e indiferenciação das matrizes e a discussão dos resultados.

FIGURA 1
A operacionalização da hipótese da dominação simbólica

	Dimensão Masculina		Dimensão Feminina		Nenhuma dimensão	
	Indv.	F-a-f	Indv.	F-a-f	Indv.	F-a-f
Homens						
Mulheres						
DIF (I)	1.50		1.37		2.19	
DIF (O)	2.12		0.84		2.20	

assente no favoritismo pelo grupo de pertença e na distintividade individual e reside num modelo de pessoa socialmente valorizada que serve de referência aos indivíduos de ambos os sexos. A universalidade referente ao modelo de ser masculino e o particularismo do modelo de ser feminino foram também evidenciados noutras investigações (Amâncio, 1992) sobre os juízos relativos a comportamentos de actores de ambos os sexos onde verificámos que o comportamento de uma mulher que não seja marcadamente feminino passa a ser visto como masculino, enquanto que o juízo dos comportamentos de actores do sexo masculino não é igualmente dependente dos conteúdos do respectivo estereótipo. Estes resultados, assim como uma investigação recente de Lorenzi-Cioldi (1991) sobre a contribuição dos estereótipos para a construção da noção de «self» vieram salientar a maior dependência do estereótipo feminino que se manifesta nos juízos sobre actores do sexo feminino e na própria construção da noção de «self» entre os sujeitos do mesmo sexo.

Faltava, no entanto, comprovar esta dependência no plano dos comportamentos. De facto, se os estereótipo masculino veicula uma representação de pessoa universal, que se caracteriza pela singularidade e autonomia individuais, o estereótipo feminino veicula uma representação de pessoa que só existe em contextos específicos,

os da interdependência relacional e sexual do papel feminino. Esta desigualdade de recursos simbólicos traduzir-se-ia então, no plano da dinâmica identitária, por um modelo de ser situacional nos grupos dominados, mais dependentes dos contextos concretos, não só porque o seu modelo de referência se reporta a contextos específicos, mas também porque este reductionismo simbólico traz como consequência, nos contextos que não lhe são próprios, a pressão da referência do modelo de ser universal dos grupos dominantes. Foi esta hipótese que procurámos confirmar numa experiência que utilizou um *design* baseado no da experiência anterior, mas onde a dimensão de comparação covariava com modalidades de competição entre os grupos, a fim de operacionalizar a articulação entre a dimensão ideológica e a dimensão interactiva da dinâmica intergrupar. Na Figura 2 resumimos o *design* e os resultados dos índices iguais aos utilizados na experiência anterior.

Nesta experiência, tal como esperávamos, obtivemos um efeito principal do sexo dos sujeitos e já não da dimensão de comparação. Isto porque, tal como acontecera nas experiências de Lorenzi-Cioldi (1988), os sujeitos do sexo masculino mantiveram um comportamento de diferenciação consistente, mais independente das condições experimentais do que os do sexo feminino. De facto, os resultados mostraram

FIGURA 2

A operacionalização da hipótese do modelo de ser universal e do modelo de ser situacional

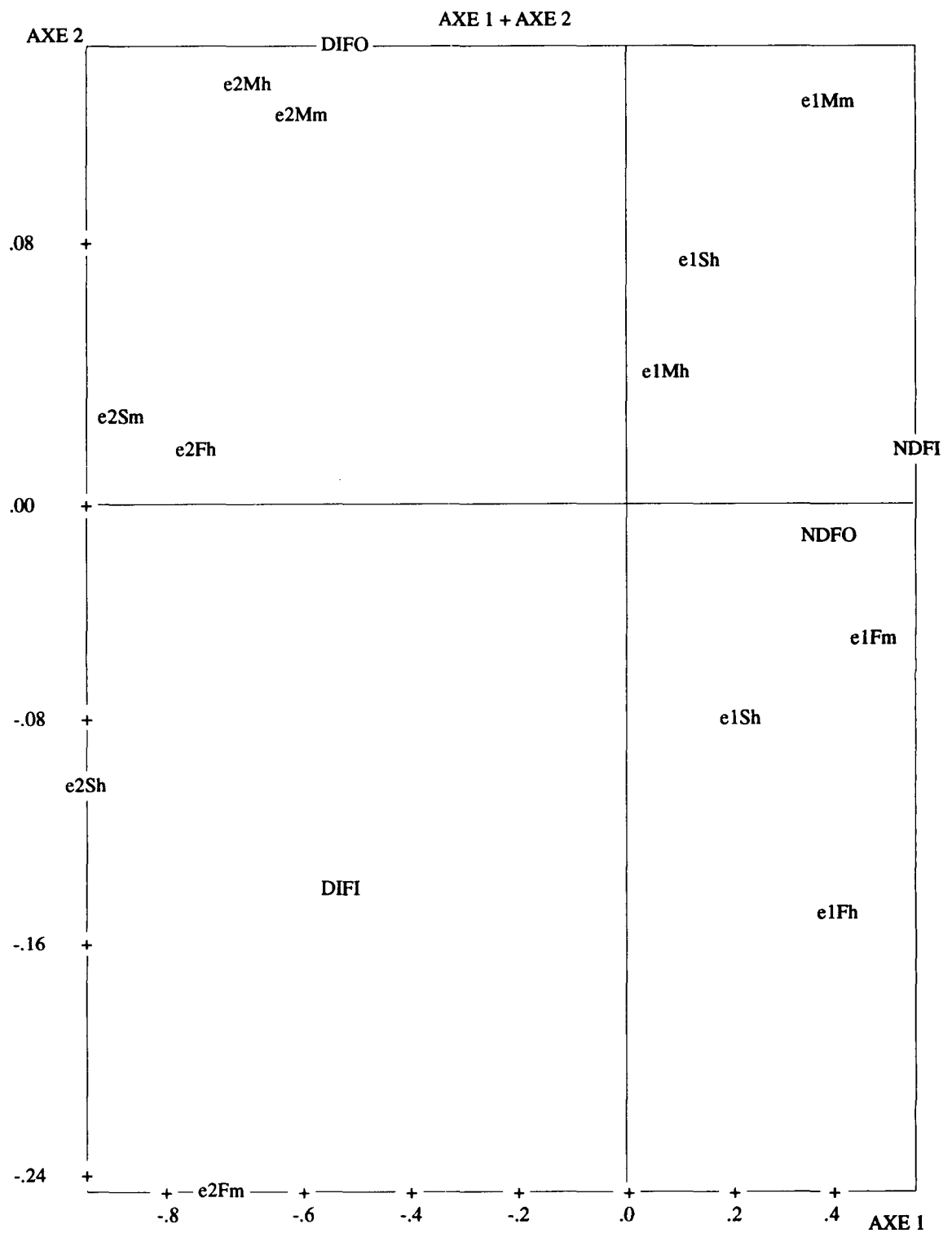
			Homens	Mulheres
D i m e n s ã o	M A S C U L I N A	Superioridade dos homens		
		Superioridade das mulheres		
		Igualdade entre os dois sexos		
D i m e n s ã o	F E M I N I N A	Superioridade dos homens		
		Superioridade das mulheres		
		Igualdade entre os dois sexos		
D i m e n s ã o	A U S E N T E	Superioridade dos homens		
		Superioridade das mulheres		
		Igualdade entre os dois sexos		
DIF (I)			2.23	1.47
DIF (O)			2.35	1.39

que, no caso destes últimos, a diferenciação intergrupar depende fortemente das dimensões de comparação, assim como da superioridade contextual do seu grupo, porque só apresenta valores nitidamente superiores aos dos sujeitos do sexo masculino na ausência de qualquer dimensão de comparação. A diferenciação interindividual depende, mais uma vez, da superioridade contextual do seu grupo quando não existe dimensão de comparação, ou da igualdade entre os sexos se a dimensão de comparação é a feminina. Os comportamentos de diferenciação dos sujeitos do sexo feminino, surgem, assim, fortemente regulados tanto pelos modelos masculino e feminino como pelo sentido da valorização contextual dos dois grupos, mas de forma diferente para a diferenciação intergrupar e interindividual.

Para melhor ilustrar a comparação entre estas duas experiências construímos uma matriz com os *scores* de diferenciação e indiferenciação interindividual e intergrupar, obtidos nas condições definidas pelo cruzamento do sexo dos sujeitos com a dimensão de comparação em cada uma das experiências, e submetemos esta matriz a uma análise factorial de correspondências. Os resultados, apresentados na Figura 3 mostram um primeiro eixo que opõe os *scores* de indiferenciação aos *scores* de diferenciação²

² Os *scores* são aqui designados pelo número da experiência — e1 e e2, pela primeira letra da dimensão de comparação, em maiúsculas — M para masculina, F para feminina, S para sem dimensão e, por último, a primeira letra do sexo dos sujeitos — h para homens e m para mulheres. Assim, e2Fm corresponde ao *score* das mulheres, na segunda experiência,

FIGURA 3
Análise Factorial de Correspondências das duas Experiências



contribuindo, para esta oposição, resultados dos sujeitos do sexo feminino (e1Fm) na primeira experiência e resultados sobretudo de sujeitos do sexo masculino (e2Fh, e2Sh e e2Sm) na segunda experiência, o que poderá indicar que a variável competição entre homens e mulheres, na segunda experiência, veio introduzir alterações profundas nos comportamentos de diferenciação. O segundo eixo permite-nos compreender que estas alterações foram mais fortes no comportamento das mulheres, porque apresenta uma oposição entre os *scores* de diferenciação intergrupal e os de diferenciação interindividual mas, neste caso, ela é sobretudo devida aos resultados dos sujeitos do sexo feminino (e2Mm e e2Fm) nas condições experimentais em que as dimensões de comparação são salientadas.

3. CONCLUSÃO

Como se pode verificar através destas duas experiências e da comparação entre elas, o comportamento de favoritismo pelo grupo de pertença e de distintividade interindividual estão muito mais associados entre si no comportamento dos grupos dominantes, do que no dos grupos dominados. Para estes últimos, como foi possível demonstrar através da articulação entre os níveis de análise ideológico, posicional e interindividual, a dupla pressão do modelo de ser específico e do modelo de ser universal obriga a uma permanente negociação com os contextos da relação intergrupos que se repercute na irregularidade dos comportamentos de diferenciação. Assim, o favoritismo pelo grupo de pertença só é assumido claramente pelas mulheres, quando o seu grupo é contextualmente valorizado e não existem significados categoriais, enquanto que na presença destes, esse comportamento se torna muito mais tímido. Por outro lado, a distintividade no seio do grupo depende dos contextos em que este comportamento não implica nem uma ruptura com a condição colectiva do modo de ser feminino, nem a subversão da sua posição relativa na relação com o sexo oposto. Daqui resulta a conclusão de que a identidade dos grupos dominados se apresenta sob a forma de *modos*

de estar nos contextos particulares distanciando-se, assim, do *modo de ser*, aparentemente independente daqueles, da identidade dos grupos dominantes.

Quando o senso comum distingue as categorias sexuais através de traços de dependência/ /independência ou de comunalidade/individualidade não deixa de reflectir a «naturalidade» com que homens e mulheres manifestam estas diferenças de comportamento. Mas o principal erro epistemológico na análise das diferenças entre os sexos reside, a nosso ver, em tomar aqueles padrões de comportamento como um dado, ignorando que a sua «naturalidade» visível assenta, afinal, numa ideologia, que define ambos os modelos de ser e que não é só assimétrica nas definições de homem e mulher, é-o também na função reguladora que estes conteúdos simbólicos vão desempenhar no comportamento dos membros dos dois grupos. Isto porque os chamados papéis, que encontramos nas representações do feminino e do masculino, assumem uma função normativa muito mais forte para o comportamento das mulheres do que para o dos homens, transformando a procura da individualidade, no caso delas, numa constante tensão, seja com a «essência» do seu modo de ser socialmente definido, seja com a posição relativa do seu grupo em relação ao do sexo oposto.

Ao contrário das perspectivas que acentuam a determinação dos papéis sexuais nos juízos sobre homens e mulheres, assim como nos seus comportamentos, o estudo das relações intersexos no quadro das relações de dominação simbólica permite-nos concluir que a construção do masculino e do feminino é já orientada para que esses papéis funcionem como limites normativos para os membros do grupo dominado. Por outro lado, a questão da valorização desigual do masculino e do feminino também não depende dos contextos de interacção, nem da responsabilidade individualizante dos membros dos dois grupos, mas sim do facto de o masculino constituir o modelo de pessoa-universal e do feminino constituir o modelo de mulher.

BIBLIOGRAFIA

Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social Identity*

nas condições em que a dimensão de comparação é a feminina.

- Theory: Constructive and Critical Advances. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos. Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos dominantes e dominados. *Análise Psicológica*, VI, 3-4: 307-319.
- Amâncio, L. (1989). Social differentiation between «dominant» and «dominated» groups: toward an integration of social stereotypes and social identity. *European Journal of Social Psychology*, 19, 1: 1-10.
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34: 9-22.
- Avila, P., Martinho, J., Alves, M., Mauritti, R. & Amâncio L. (1992). Discriminação etária no trabalho. Uma abordagem psicossociológica. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 11: 123-133.
- Billing, M. (1976). *Social Psychology and Intergroup Relations*, Londres: Academic Press.
- Blake, R.R. & Mouton, J.S. (1979). Intergroup Problem Solving in Organizations: From Theory to Practice. In *The Social Psychology of Intergroup Relations* (W.G. Austin & Stephen Worchel, Eds.), California: Brooks/Cole.
- Breakwell, G. (1979). Women. Group or Identity? *Women's Studies International Quarterly*, 2: 9-17.
- Deaux, K. (1985). Sex and Gender. *Annual Review of Psychology*, 36: 49-81.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In *Social Identity and Intergroup Relations* (H. Tajfel, Ed.), Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'homme.
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: P.U.F.
- Doise, W. (1984). Levels of analysis in the experimental study of intergroup relations. In *Social Representations* (S. Moscovici & R. Farr), Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. & Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In *Ethnic Minorities* (J.P. van Oudenhoven & T.M. Willemsen), Amsterdam: Swets & Zeitlinger.
- Eagly, A.H. (1987). *Sex Differences in Behaviour. A Social-Role Interpretations*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Epstein, C.F. (1988). *Deceptive Distinctions. Sex, Gender and the Social Order*. New Haven: Yale University Press.
- Hinkle, S. & Brown, R. (1990). Intergroup comparisons and social identity: some links and lacunae. In *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (D. Abrams, & M. Hogg, Eds.), Londres: harvester Wheatsheaf.
- Hogg, M. & Abrams, D. (1988). *Social Identification: A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes*. Londres: Routledge.
- Hurtig, M.C. & Pichevin, M.F. (1985). La variable sexe en psychologie sociale: Donné ou construit? *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 5: 187-228.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1991). Self-Stereotyping and self-enhancement in gender groups. *European Journal of Social Psychology*, 5(21): 403-417.
- Lorenzi-Cioldi, F. & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (D. Abrams & M. Hogg, Eds.), Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Sherif, M., Harvey, O.J., White, B.J., Hood, W.R. & Sherif, C.W. (1961). *Intergroup cooperation and competition: The Robbers Cave experiment*. Oklahoma: University Book Exchange.
- Skevington, S. & Baker, D. (1989). *The Social Psychology of Women*. Londres: Sage Publications.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte (tradução portuguesa, 1983).
- Tajfel, H. & Turner J. (1979). An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In *The Social Psychology of Intergroup Relations* (W.G. Austin & Stephen Worchel, Eds.), California: Brooks/Cole.
- Turner, J. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In *Social Identity and Intergroup Relations* (H. Tajfel, Ed.), Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Turner, J. & Giles, H. (1981). *Intergroup Behaviour*. Londres: Basil Blackwell.
- Turner, J., Hogg, M., Oakes, P., Reicher, S. & Wetherell, M. (1987). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- Wilkinson, S. (1986). *Feminist Social Psychology. Developing Theory and Practice*. Milton Keynes: Open University Press.
- Williams, J. (1984). Gender and Intergroup Behaviour. Towards an Integration. *British Journal of Social Psychology*, 23: 311-316.

RESUMO

Apresentamos, nesta comunicação, a continuação

do nosso trabalho de investigação teórica e empírica no âmbito da crítica ao modelo de Bristol, e que já abordámos no anterior *Simpósio de Investigação Psicológica*, através de uma discussão das implicações teóricas da integração do nível de análise ideológico no estudo da identidade social. A discussão é ilustrada com os resultados de uma experiência cujo design articula uma relação intergrupos estruturalmente assimétrica, a da construção social dos modos de ser masculino e feminino, com uma relação intergrupos conjunturalmente simétrica ou assimétrica, ou seja, a posição relativa dos grupos numa situação contextual e temporalmente limitada. Esta experiência permitiu-nos demonstrar que a identidade dos grupos dominantes se caracteriza pela independência em relação aos contextos, ou seja por *um modo de ser*, enquanto que a identidade dos grupos dominados se caracteriza pela dependência em relação aos contextos, ou seja, por *um modo de estar*.

ABSTRACT

In this paper we present the evolution of the theoretical and empirical research we are pursuing on the line of a critical approach of the theory of social identity. Part of this line of research was already presented in the previous Symposium in a paper in which discussed the theoretical implications of the integration of the ideological level of analysis in the study of social identity. The present discussion is illustrated with the results of an experiment which articulated the social construction of masculine and feminine identities, as an asymmetrical intergroup relation, with the relative position of the groups in a situational context, as a conjunctural asymmetrical or symmetrical intergroup relation. The results of this experiment evidence that the social identity of dominant groups is independent from the particular contexts, whereas the identity of dominated groups is influenced by such contexts. In this perspective, dominant identities are constructed as stable models of being and dominated identities are constructed as unstable models of being.



INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
Centro de Documentação

TORNE-SE LEITOR DA BIBLIOTECA DO ISPA

Grandes Áreas Temáticas

Etologia – Psicanálise – Psicologia do Desenvolvimento – Psicologia Clínica –
Psicologia Social – Psicologia Organizacional – Psicopatologia – Psicologia Educacional –
Psicometria – Psicologia Cognitiva – Psicologia Legal – Psicologia Ambiental –
Psicologia Comunitária – Psicologia da Saúde – Educação Especial e Reabilitação

Oferecemos as seguintes formas de acesso à documentação:

- Leitura local ou domiciliária
- Lista mensal de novas aquisições; lista das publicações periódicas
- Pesquisa retrospectiva (recuperação por tema da informação existente)
- Bibliografias especializadas
- Difusão selectiva da informação (actualização permanente em domínios bem definidos dos leitores interessados)

Os utilizadores dispõem:

Serviço de Fotocópias, em regime "Self-Service" (os cartões para este fim podem adquirir-se na Secção de Folhas)

Fontes de informação:

- Current Contents on Diskette – Social and Behavioural Sciences
- Programa Gestor – Base de Dados da Biblioteca do Ispa
- Recurso às principais Bases de Dados na Área da Psicologia e Educação – em suporte CD-ROM:
 - PsycLit – de 1974 até ao presente produzida pela APA
(American Psychological Association)
 - ERIC – de 1983 até ao presente
(Educational Resources Information Center)

Para se tornar LEITOR DA BIBLIOTECA envie-nos:

- 2 fotografias
- Indicação do nome, profissão, residência, telefone e local de trabalho
- Cheque endossado ao ISPA no valor de:

Esc.: 3 500\$00 – Estudantes

Esc.: 5 000\$00 – Ex-Estudantes do ISPA

Esc.: 7 500\$00 – Profissionais

e receberá dentro em breve o seu cartão de Leitor.

Horário:

2ª a 6ª-feira das 10,00h às 14,00h e das 15,30h às 20,30h

Sábado das 09,30h às 13,00h